



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Rio Claro

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

Fundo Municipal de Assistência Social

PROCESSO Nº 16212025

FLNº 012



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 010/2025

I. INTRODUÇÃO

O ETP – Estudo Técnico Preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

II. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso I, da Lei 14.133/2021)

II.1) A Necessidade da Contratação:

II.1.1 A aquisição de urnas mortuárias é uma demanda essencial para a prestação de serviços funerários, especialmente para atender famílias em situação de vulnerabilidade social ou para cumprir obrigações de assistência funerária. Órgãos públicos, como prefeituras e secretarias de assistência social, têm a responsabilidade de fornecer esse tipo de apoio às famílias de baixa renda ou em situações emergenciais, como desastres naturais ou crises sanitárias.

II.2) O Problema a ser Resolvido:

II.2.1 O problema central que justifica a necessidade de aquisição de urnas mortuárias por parte da administração pública envolve uma série de questões sociais, legais e operacionais, que impactam diretamente na prestação de serviços funerários para a população em situação de vulnerabilidade social.

II.3) O Interesse Público na contratação:

II.3.1 Os serviços funerários fazem parte dos direitos assistenciais previstos na legislação brasileira, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que garante que o Estado ofereça apoio a famílias de baixa renda em momentos críticos, como o falecimento de um ente querido. A aquisição de urnas mortuárias permite que o Estado cumpra essa função, oferecendo ajuda àquelas que mais necessitam.

III. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Art. 18, §1º, inciso II, da Lei 14.133/2021)

III.1) Há previsão desta contratação no Plano de Contratações Anuais-PCA?

()SIM(x) NÃO

No caso de SIM, especificar o item do PCA






ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Rio Claro

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

Fundo Municipal de Assistência Social

PROCESSO Nº	16212025
FLNº	013
	

IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso III, da Lei 14.133/2021)

IV.1) Requisitos Técnicos

IV.1.1 Os materiais de devem ser resistentes e adequados, podendo variar conforme a demanda.

IV.1.2 Os tamanho e variações das urnas precisam estar disponíveis em diferentes tamanhos para atender a diversidade de perfis.

IV.1.3 O acabamento e design deve garantir que o design seja adequado e respeitoso, mesmo em versões mais simples voltadas para famílias de baixa renda.

IV.1.4 Avaliar a resistência e durabilidade do material, especialmente em casos de transporte e armazenamento prolongado.

IV.2) Requisitos Operacionais

IV.2.1 O fornecedor deve garantir a entrega contínua, respeitando prazos, especialmente em situações emergenciais.

IV.2.2 Manutenção de um estoque mínimo para atender rapidamente em situações de crise ou picos de demanda.

IV.2.3 A capacidade de transportar as urnas com segurança e dentro dos prazos, principalmente em locais de difícil acesso.

IV.3) Requisitos Econômicos

IV.3.1 A escolha das urnas deve levar em consideração um equilíbrio entre qualidade e custo, evitando tanto produtos de qualidade inadequada quanto despesas excessivas.

IV.3.2 A despesa com urnas deve estar prevista no orçamento do órgão público, com planejamento financeiro adequado.

IV.4) Requisitos Normativos e Legais

IV.4.1 A aquisição deve obedecer à legislação de licitações e contratos, como a Lei nº 14.133/2021 e outras normas que regem o processo de compras públicas.

IV.4.2 As urnas devem estar de acordo com as normas técnicas vigentes, como a NBR 15028, que regula as especificações mínimas para urnas funerárias.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Rio Claro

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
Fundo Municipal de Assistência Social

PROCESSO Nº	16212025
EL Nº	014

IV.5) Vigência do contrato/prorrogação/reajuste

IV.5.1) O prazo de vigência do registro de preços será de 12(doze) meses, contados da data da assinatura;

IV.5.2) Este instrumento não obriga à contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo a Secretaria promover a solicitação de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência, em igualdade de condições;

IV.5.3) Decidindo pela necessidade do contrato, o mesmo terá a vigência e prorrogações reguladas pelo Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

V. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso IV, da Lei 14.133/2021)

V.1) Quantidade estimada

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	Quantidade licitada no Último Registro	Quantidade a ser licitada
1	Urna simples 1,90	unid	125	125
2	Urna grande 2,0	unid	10	10
3	Urna infantil 1,0	unid	5	5
4	Urna natimorto 0,60	unid	10	10
5	Urna infantil 1,30	unid	5	5
6	Translado	km	15000	15000
7	Urna extra grande 2,15	unid	5	10
8	Ornamentação	unid	160	165

*O método utilizado para estimar as quantidades necessárias para a aquisição de urnas mortuárias baseia-se na análise de dados históricos e em atas de registro de preços anteriores. A avaliação de contratos anteriores e dos dados históricos de fornecimento de urnas mortuárias oferece uma base confiável para essa estimativa. Essa análise leva em consideração o número de famílias atendidas, a frequência de utilização e o tipo médio de urnas fornecidas.

VI. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Art. 18, §1º, inciso V, da Lei 14.133/2021)

VI.1) No mercado, existem várias soluções disponíveis para o atendimento da necessidade de aquisição de urnas mortuárias para distribuição pelo interesse público. Algumas opções das opções comuns:

VI.1.1 Empresas Locais de Serviços Funerários: Empresas que operam regionalmente, oferecendo urnas mortuárias e serviços funerários completos. Elas são rápidas no atendimento e têm conhecimento das demandas locais, muitas vezes possuindo estoques para pronta entrega.

VI.1.2 Fabricantes de Urnas Funerárias: Indústrias especializadas na produção de urnas em grande escala. Oferecem uma ampla variedade de modelos, desde opções



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Rio Claro

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

Fundo Municipal de Assistência Social

PROCESSO Nº	16212025
FLNº	015

simples até urnas personalizadas e ecológicas. São ideais para contratos de maior volume, com garantia de qualidade.

VI.1.3 Cooperativas e Associações do Setor Funerário: Entidades que reúnem várias empresas funerárias para oferecer produtos e serviços de forma cooperativa. Elas podem fornecer urnas a preços competitivos e garantir uma estrutura de apoio logístico e administrativo para atendimento contínuo.

VI.1.4 Atas de Registro de Preços: Instrumentos que permitem a adesão a contratos já formalizados por outros órgãos públicos, garantindo preços pré-negociados e condições vantajosas. Facilitam a aquisição de urnas sem a necessidade de novos processos licitatórios.

VI.2 Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

VI.2.1 A escolha da Ata de Registro de Preços como método para a aquisição de urnas mortuárias é justificada por diversos fatores que garantem eficiência, economia e agilidade no processo de contratação pública. As principais justificativas são:

VI.2.1.1 O processo é mais ágil, permitindo que as urnas estejam disponíveis de maneira mais rápida para atender demandas emergenciais ou contínuas.

VI.2.1.2 As atas garantem que os preços sejam competitivos, uma vez que o processo licitatório original já contemplou uma análise de mercado e a seleção de propostas vantajosas.

VI.2.1.3 A ata assegura a uniformidade dos preços para todos os aderentes, evitando variações significativas entre diferentes contratações.

VI.2.1.4 A Ata de Registro de Preços permite a aquisição de produtos conforme a demanda, evitando compras desnecessárias e otimizando o uso dos recursos públicos.

VI.2.1.5 A ata oferece flexibilidade para ajustar a quantidade adquirida durante sua vigência, o que é essencial em situações de variação na demanda (como em desastres ou crises sanitárias).

VI.2.1.6 A Ata de Registro de Preços é amplamente utilizada e regulamentada pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), o que oferece segurança jurídica e transparência para a administração pública.

VI.2.1.7 A escolha do fornecedor já passou por um processo licitatório anterior, o que garante que a empresa selecionada possui as condições técnicas e financeiras para atender ao contrato.

VI.2.1.8 Esses fatores tornam a Ata de Registro de Preços uma escolha eficiente, garantindo a aquisição de urnas mortuárias com custo-benefício vantajoso, agilidade no processo e segurança para o órgão contratante.



VII. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso VI, da Lei 14.133/2021)

Item	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	00001	00001184	URNA SIMPLES 1,90 M GUAPI	UN	125,00	1.220,000 0	152.500,00
00002	00001	00001185	URNA GRANDE 2,0 X 0,70 X 0,40 M GUAPI	UN	10,00	1.320,000 0	13.200,00
00003	00001	00001186	URNA INFANTIL 1,00 M GUAPI	UN	5,00	550,0000	2.750,00
00004	00001	00001187	URNA NATIMORTO GUAPI	UN	10,00	520,0000	5.200,00
00005	00001	00001188	URNA INFANTIL 1,30 M GUAPI	UN	5,00	592,0000	2.960,00
00006	00001	00001401	TRANSLADO	UN	15.000,0 0	6,9900	104.850,00
00007	00001	00001189	URNA EXTRA GRANDE 2,15 X 0,89 X 0,53 M GUAPI	UN	10,00	2.190,000 0	21.900,00
00008	00001	00001402	ORNAMENTAÇÃO	UN	165,00	479,0000	79.035,00
Total do Fornecedor:							382.395,00

*valores da ultima licitação (Processo 200-2024 / PP 006-2024 / ATA RP 001/2025)

VIII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 18, §1º, inciso VII, da Lei 14.133/2021)

VIII.1) A solução escolhida para a contratação de urnas mortuárias visa garantir que os resultados esperados pela administração sejam alcançados, assegurando que a aquisição das urnas produza os efeitos desejados. Isso inclui o atendimento eficaz às demandas sociais e emergenciais, garantindo que as famílias em situação de vulnerabilidade ou em situações de crise recebam o apoio necessário de maneira rápida e eficiente.

IX. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei 14.133/2021)

IX.1) A realização de uma licitação para um lote único pode ser justificada por diversas razões, algumas das quais incluem:

IX.1.1 Ao licitar um único lote, o processo de licitação se torna mais simplificado e ágil. Isso pode economizar tempo e recursos administrativos, tanto para a administração pública quanto para os licitantes.

IX.1.2 Em alguns casos, pode ser difícil prever a demanda específica por parte dos licitantes para diferentes lotes. Consolidar tudo em um único lote pode facilitar a participação e garantir uma competição mais acirrada.

IX.1.3 Um único lote pode atrair um maior número de licitantes, incluindo empresas de diferentes tamanhos e capacidades. Isso pode aumentar a concorrência e, potencialmente, resultar em propostas mais vantajosas para a administração pública.



PROCESSO Nº	10212025
FLNº	017

IX.1.4 Ao ter um único contratado responsável por todo o objeto da licitação, a administração pública pode simplificar a gestão do contrato, evitando coordenações complexas entre múltiplos fornecedores.

IX.1.5 Consolidar os itens em um único lote pode resultar em economias de escala para o contratado, o que pode levar a preços mais baixos para a administração pública.

IX.1.6 Um único contratado pode ter uma visão mais holística do projeto, facilitando a coordenação e a execução eficiente do objeto da licitação.

IX.1.7 Em alguns casos, dividir o objeto da licitação em lotes pode ser tecnicamente inviável devido à natureza do serviço ou produto a ser adquirido.

IX.1.8 A realização de uma licitação para um lote único pode oferecer uma série de benefícios em termos de eficiência, concorrência, gestão contratual e redução de custos, desde que seja justificada pelas características específicas do objeto da licitação e pelas condições do mercado.

X. RESULTADOS PRETENDIDOS(Art. 18, §1º, inciso IX, da Lei 14.133/2021)

X.1) A contratação visa alcançar redução de custos e melhor aproveitamento dos recursos financeiros, obtendo urnas a preços competitivos e otimizando os gastos públicos. Além disso, busca-se eficiência na gestão dos recursos humanos e materiais, simplificando o processo de aquisição e garantindo o atendimento rápido e eficaz das necessidades, evitando desperdícios e garantindo maior controle sobre o estoque e a distribuição.

XI. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS(Art. 18, §1º, inciso X, da Lei 14.133/2021)

XI.1) Nenhuma providência precisa ser tomada antes da contratação pode ser justificada em cenários específicos em que a administração municipal já possui todos os recursos, informações e condições necessárias para iniciar o processo de contratação de forma imediata e eficaz.

XII. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES(Art. 18, §1º, inciso XI, da Lei 14.133/2021)

XII.1) Com base na análise da situação atual e das condições existentes na administração municipal, não há necessidade de realizar um levantamento adicional das ações necessárias para adequar o ambiente e garantir o sucesso da contratação. As informações sobre capacitações, aquisição de materiais, reformas ou outros ajustes podem não ser relevantes neste contexto, pois as condições existentes já são adequadas para a implementação da contratação sem a necessidade de intervenções adicionais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Rio Claro

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

Fundo Municipal de Assistência Social

PROCESSO Nº	16212025
FLNº	018

Portanto, não se faz necessário incluir um cronograma ou mapa de riscos relacionados a esses ajustes no processo de contratação.

XIII. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (Art. 18, §1º, inciso XII, da Lei 14.133/2021)

XIII.1) A contratação em questão não oferece impactos ambientais significativos. Todas as atividades previstas estão alinhadas com práticas ambientais.

XIV. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021)

Este Membro da Comissão orçamentária declara VIÁVEL esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante às normas estabelecidas na Lei Federal de Licitações e Contratos nº 14.133/2021.

Rio Claro – RJ, 22 de outubro de 2025.

Edilson Messias Batista

Chefe de Divisão de Compras

Mat.: 20/942